

DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES NO CONTEXTO BRASILEIRO

EMERGING AND RE-EMERGING DOENÇAS IN THE BRAZILIAN CONTEXT

DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Maria Rita Esthefane Lisboa Frutuoso¹
Bruna Livia Timbó de Araújo Balthazar²
Kelly Denise Machado Motter³
Samuel Mafra Garcia⁴
Jackson Balthazar de Arruda Camara⁵
Kallyne Lima de Carvalho⁶

RESUMO: As doenças emergentes e reemergentes configuram um importante desafio para a saúde pública, especialmente no contexto brasileiro, marcado por desigualdades sociais, diversidade climática e ampla circulação populacional. As doenças emergentes referem-se àquelas que surgem recentemente ou apresentam aumento significativo de incidência, enquanto as reemergentes correspondem a agravos previamente controlados que voltam a representar risco à população. No Brasil, fatores como urbanização desordenada, mudanças ambientais, fragilidades no saneamento básico e dificuldades no acesso aos serviços de saúde contribuem para a persistência e o agravamento desse cenário, exigindo respostas eficazes da vigilância epidemiológica e do sistema de saúde. Analisar o panorama das doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro, destacando seus principais impactos na saúde pública. Trata-se de uma revisão sistemática com 17 artigos selecionados, que analisa doenças emergentes no Brasil, seus determinantes, impactos e implicações para a saúde pública. Os estudos analisados evidenciam que o Brasil enfrenta simultaneamente doenças emergentes, como infecções virais recentemente identificadas ou com expansão geográfica, e doenças reemergentes, como tuberculose, hanseníase, dengue e sífilis. Observa-se que a persistência dessas doenças está fortemente associada às condições socioeconômicas desfavoráveis, à precariedade do saneamento, às dificuldades de acesso aos serviços de saúde e às limitações da vigilância epidemiológica. Outro aspecto relevante refere-se à influência das mudanças climáticas e ambientais, que favorecem a proliferação de vetores e ampliam áreas de risco, especialmente para arboviroses. A mobilidade populacional intensa e a urbanização acelerada também contribuem para a disseminação desses agravos. Além disso, falhas na notificação, subdiagnóstico e fragilidades na integração entre os níveis de atenção dificultam a identificação precoce dos casos e a implementação de medidas oportunas de controle, potencializando a ocorrência de surtos e epidemias. Conclui-se que as doenças emergentes e reemergentes representam um problema persistente e complexo no contexto brasileiro, demandando ações articuladas entre vigilância epidemiológica, atenção à saúde e políticas públicas intersetoriais. O fortalecimento dos sistemas de informação, a ampliação do acesso ao diagnóstico, o investimento em prevenção e a redução das desigualdades sociais são estratégias fundamentais para o enfrentamento desses agravos. A vigilância contínua e a resposta rápida são essenciais para minimizar impactos e proteger a saúde da população.

Palavras-chave: Controle de Doenças. Surtos de Doenças. Vigilância Epidemiológica. Doenças Endêmicas.

¹Estudante do 3º período do Curso de Medicina, Centro Universitário São Lucas – AFYA.

²Doutorando, PGDRA – UNIR.

³Estudante de Medicina – Centro Universitário Faculdade Assis Gurgacz.

⁴Enfermagem, pesquisador PAIC/PIBIC multidisciplinar, pela Universidade Federal do Amazonas, membro do conselho superior da mesma.

⁵Doutorando, PGDRA – UNIR.

⁶Medicina, Faculdade Metropolitana UNNESA – União do Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/S Ltda.

ABSTRACT: Emerging and re-emerging diseases pose a significant challenge to public health, especially in the Brazilian context, marked by social inequalities, climatic diversity, and widespread population movement. Emerging diseases refer to those that have recently emerged or show a significant increase in incidence, while re-emerging diseases correspond to previously controlled conditions that once again pose a risk to the population. In Brazil, factors such as disordered urbanization, environmental changes, weaknesses in basic sanitation, and difficulties in accessing health services contribute to the persistence and worsening of this scenario, requiring effective responses from epidemiological surveillance and the health system. This systematic review, based on 17 selected articles, analyzes emerging diseases in Brazil, their determinants, impacts, and implications for public health. The studies analyzed show that Brazil simultaneously faces emerging diseases, such as recently identified viral infections or those expanding geographically, and re-emerging diseases, such as tuberculosis, leprosy, dengue fever, and syphilis. It is observed that the persistence of these diseases is strongly associated with unfavorable socioeconomic conditions, poor sanitation, difficulties in accessing health services, and limitations in epidemiological surveillance. Another relevant aspect refers to the influence of climatic and environmental changes, which favor the proliferation of vectors and expand risk areas, especially for arboviruses. Intense population mobility and accelerated urbanization also contribute to the spread of these diseases. Furthermore, failures in notification, underdiagnosis, and weaknesses in the integration between levels of care hinder the early identification of cases and the implementation of timely control measures, increasing the potential for outbreaks and epidemics. It is concluded that emerging and re-emerging diseases represent a persistent and complex problem in the Brazilian context, demanding coordinated actions between epidemiological surveillance, healthcare, and intersectoral public policies. Strengthening information systems, expanding access to diagnosis, investing in prevention, and reducing social inequalities are fundamental strategies for addressing these health problems. Continuous surveillance and rapid response are essential to minimize impacts and protect the health of the population.

2

Keywords: Disease Control. Disease Outbreaks. Epidemiological Surveillance. Endemic Diseases.

RESUMEN: Las enfermedades emergentes y reemergentes representan un desafío significativo para la salud pública, especialmente en el contexto brasileño, marcado por las desigualdades sociales, la diversidad climática y los amplios movimientos poblacionales. Las enfermedades emergentes se refieren a aquellas que han surgido recientemente o muestran un aumento significativo en su incidencia, mientras que las enfermedades reemergentes corresponden a afecciones previamente controladas que nuevamente representan un riesgo para la población. En Brasil, factores como la urbanización desordenada, los cambios ambientales, las deficiencias en el saneamiento básico y las dificultades para acceder a los servicios de salud contribuyen a la persistencia y el agravamiento de este escenario, lo que requiere respuestas efectivas de la vigilancia epidemiológica y del sistema de salud. Esta revisión sistemática, basada en 17 artículos seleccionados, analiza las enfermedades emergentes en Brasil, sus determinantes, impactos e implicaciones para la salud pública. Los estudios analizados muestran que Brasil enfrenta simultáneamente enfermedades emergentes, como infecciones virales recientemente identificadas o aquellas en expansión geográfica, y enfermedades reemergentes, como la tuberculosis, la lepra, el dengue y la sífilis. Se observa que la persistencia de estas enfermedades está fuertemente asociada a condiciones socioeconómicas desfavorables, saneamiento deficiente, dificultades para acceder a los servicios de salud y limitaciones en la vigilancia

epidemiológica. Otro aspecto relevante se refiere a la influencia de los cambios climáticos y ambientales, que favorecen la proliferación de vectores y amplían las zonas de riesgo, especialmente para las arbovirosis. La intensa movilidad poblacional y la urbanización acelerada también contribuyen a la propagación de estas enfermedades. Además, las fallas en la notificación, el subdiagnóstico y las deficiencias en la integración entre los niveles de atención dificultan la identificación temprana de casos y la implementación de medidas de control oportunas, lo que aumenta el riesgo de brotes y epidemias. Se concluye que las enfermedades emergentes y reemergentes representan un problema persistente y complejo en el contexto brasileño, que exige acciones coordinadas entre la vigilancia epidemiológica, la atención sanitaria y las políticas públicas intersectoriales. Fortalecer los sistemas de información, ampliar el acceso al diagnóstico, invertir en prevención y reducir las desigualdades sociales son estrategias fundamentales para abordar estos problemas de salud. La vigilancia continua y la respuesta rápida son esenciales para minimizar los impactos y proteger la salud de la población.

Palabras clave: Control de Enfermedades. Brotes de Enfermedades. Vigilancia Epidemiológica. Enfermedades Endémicas.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais, ambientais, demográficas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm impactado profundamente os perfis de adoecimento das populações, redefinindo os padrões epidemiológicos em diferentes regiões do mundo. O crescimento urbano desordenado, a intensificação da mobilidade populacional, as mudanças climáticas e os processos de globalização configuram, nesse sentido, novos cenários de risco à saúde coletiva (Cabral *et al.*, 2024).

3

Diante desse contexto, a saúde pública contemporânea passa a enfrentar desafios cada vez mais complexos, exigindo respostas integradas, intersectoriais e sustentadas por evidências científicas. A emergência de novos agravos e o reaparecimento de doenças previamente controladas tensionam os sistemas de saúde, especialmente em países marcados por profundas desigualdades socioeconômicas e fragilidades estruturais (Eufrásio; Lopes, 2023).

De acordo Silva *et al.* (2024), as doenças emergentes e reemergentes configuram-se como fenômenos multifatoriais, relacionados a fatores biológicos, ambientais, sociais, econômicos e políticos. Adicionalmente, esses agravos não se limitam à dimensão clínica, produzindo impactos amplos sobre os sistemas de saúde, a organização dos serviços, a economia e a dinâmica social das populações.

Em âmbito global, observa-se o aumento da circulação de agentes infecciosos, o surgimento de novos patógenos e a reintrodução de doenças anteriormente consideradas sob controle, evidenciando a instabilidade dos avanços sanitários conquistados ao longo do tempo.

Assim, esse fenômeno revela a vulnerabilidade estrutural dos sistemas de vigilância e resposta em saúde diante de cenários epidemiológicos cada vez mais dinâmicos (Gama *et al.*, 2024).

No Brasil, por sua vez, tais processos assumem características particulares, influenciados por determinantes sociais da saúde, desigualdades regionais, condições ambientais, urbanização acelerada e dificuldades históricas no acesso equitativo aos serviços de saúde. Como consequência, esses fatores contribuem para a persistência e reconfiguração de diferentes agravos no território nacional (Barata, 2022).

Além disso, a dinâmica epidemiológica brasileira é marcada pela coexistência de doenças transmissíveis e não transmissíveis, configurando um cenário complexo de transição epidemiológica inacabada. Pereira e Passador (2021) afirma que essa realidade amplia significativamente os desafios para o planejamento, a gestão e a organização das políticas públicas em saúde.

Nesse contexto, entre 2021 e 2025, o Brasil e a América Latina vivenciaram um cenário epidemiológico marcado pela intensificação de doenças emergentes e reemergentes, com destaque para as arboviroses. A dengue atingiu níveis históricos em 2024, com milhões de casos, configurando um dos maiores surtos já registrados no país e na região das Américas (Frias *et al.*, 2023).

Paralelamente, de acordo com Silva *et al.* (2025), a chikungunya apresentou crescimento contínuo desde 2021, com aumento expressivo entre 2023 e 2024, evidenciando a expansão e a persistência desses agravos no território brasileiro e regional. Nesse mesmo período, outras doenças emergentes e reemergentes também se destacaram no cenário sanitário brasileiro. A MPOX passou a ser sistematicamente notificada no país a partir de 2022, com pico de registros em 2023, consolidando-se como um novo problema de relevância epidemiológica para a saúde pública.

A vigilância epidemiológica brasileira continuou monitorando agravos como o sarampo, com registros importados em 2025, e a febre amarela, com ocorrência de casos humanos recentes. Somam-se a esse cenário as doenças tropicais negligenciadas, que continuam afetando milhões de pessoas, sobretudo crianças, evidenciando a persistência das desigualdades sociais e sanitárias no país (Rodrigues *et al.*, 2025).

Entretanto, apesar dos avanços nas políticas de vigilância epidemiológica e no fortalecimento do sistema de saúde, persistem fragilidades estruturais que limitam a capacidade de prevenção, detecção precoce e resposta aos agravos emergentes e reemergentes. Essas

fragilidades comprometem diretamente a efetividade das ações de controle, monitoramento e enfrentamento desses eventos sanitários (Geres *et al.*, 2022).

A desarticulação entre os níveis de atenção, a sobrecarga dos serviços, a escassez de recursos humanos e materiais e as fragilidades nos sistemas de informação comprometem a capacidade de resposta rápida, coordenada e integrada frente a esses eventos sanitários. Esse cenário dificulta a organização dos fluxos assistenciais, enfraquece a articulação entre os serviços e reduz a efetividade das ações de vigilância, prevenção e controle (Trani *et al.*, 2024).

Somam-se a esse cenário a baixa adesão da população às medidas preventivas, a disseminação de desinformação, a fragilidade das estratégias educativas e as barreiras de acesso aos serviços de saúde, fatores que favorecem a manutenção da cadeia de transmissão e intensificam os impactos desses agravos sobre a saúde pública (Yu *et al.*, 2023).

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das doenças emergentes e reemergentes no contexto da saúde pública brasileira, considerando seus determinantes estruturais, epidemiológicos e sociais. Ao produzir esse conhecimento, busca-se subsidiar a formulação de políticas públicas, o fortalecimento das estratégias de vigilância e o aprimoramento das práticas assistenciais, tornando-as mais eficazes e sustentáveis (Gama *et al.*, 2024).

Por fim, a relevância desta pesquisa reside em seu potencial de fortalecer as ações de saúde pública, a vigilância epidemiológica e o planejamento em saúde. Ao oferecer subsídios teóricos e técnicos para a qualificação da gestão, da assistência e das estratégias de prevenção, contribui diretamente para a redução da vulnerabilidade sanitária e para o fortalecimento da saúde coletiva no Brasil (Silva *et al.*, 2024).

O presente estudo propõe-se analisar as doenças emergentes e reemergentes no contexto da saúde pública brasileira, buscando compreender sua dinâmica, impactos e implicações para o sistema de saúde. De forma específica, propõe-se: identificar as principais doenças emergentes e reemergentes que afetam a população brasileira; investigar os fatores sociais, ambientais, econômicos e demográficos relacionados ao surgimento e à reemergência desses agravos; e examinar como o sistema de saúde brasileiro responde aos desafios impostos por esse cenário epidemiológico.

E como questões norteadoras: quais são as principais doenças emergentes e reemergentes que afetam a população brasileira? De que forma fatores sociais, ambientais, econômicos e demográficos contribuem para o surgimento e a reemergência dessas doenças no Brasil? Como

o sistema de saúde brasileiro tem respondido aos desafios impostos pelas doenças emergentes e reemergentes?

MÉTODOS

Para a realização da revisão bibliográfica sobre as doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro, será adotada uma abordagem sistemática de levantamento e análise das produções científicas já publicadas, com o objetivo de compreender o panorama epidemiológico e os determinantes associados a esses agravos. Nesse sentido, a pesquisa será conduzida em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e SciELO, garantindo a abrangência, diversidade e confiabilidade das fontes consultadas (Marconi; Lakatos, 2004).

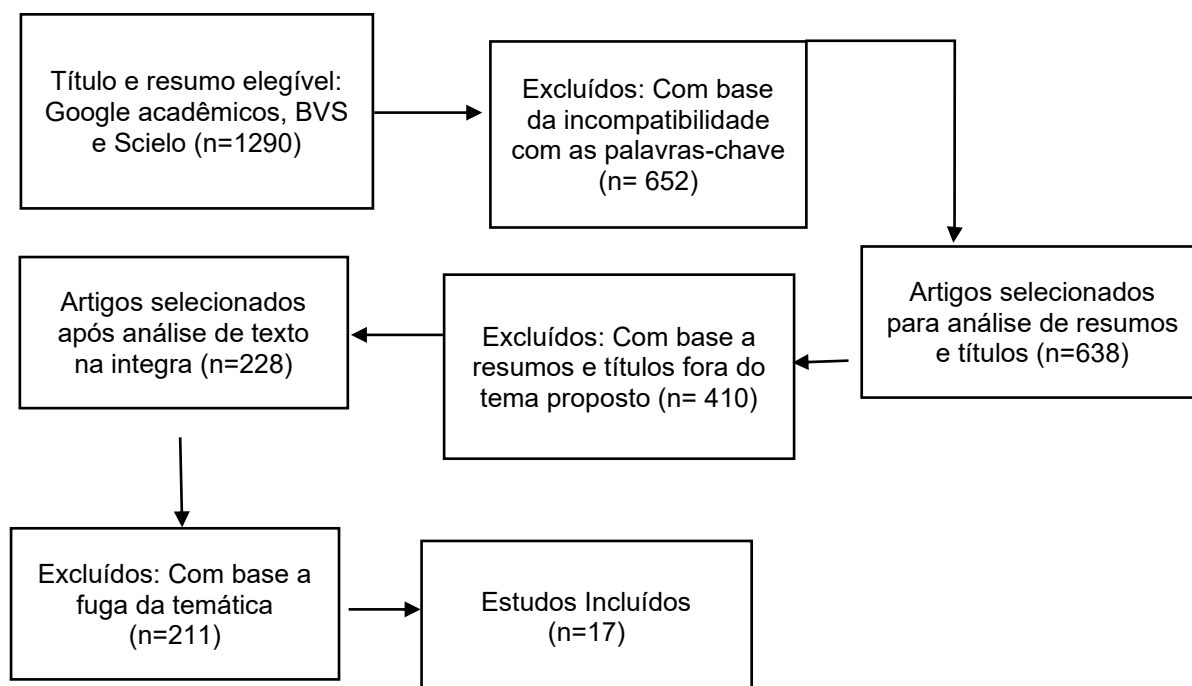
Dessa forma, a busca será realizada utilizando descritores em saúde (DeCS), combinados por operadores booleanos, especificamente: “Controle de Doenças” AND “Surtos de Doenças” AND “Vigilância Epidemiológica” AND “Doenças Endêmicas”. Essa estratégia assegura a recuperação de estudos diretamente alinhados ao tema central da investigação, permitindo a identificação de evidências relevantes para análise.

Além disso, a revisão bibliográfica possibilita mapear tendências, padrões e lacunas na literatura existente, permitindo compreender como os fenômenos de emergência e reemergência de doenças vêm sendo investigados ao longo do tempo. Assim, o método fornece uma base teórica consistente, capaz de orientar análises críticas e subsidiar decisões no âmbito da saúde pública.

Para tanto, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, priorizando estudos publicados em português nos últimos cinco anos, disponíveis na íntegra e com relevância direta para o tema. Serão excluídos trabalhos duplicados, incompletos ou que não apresentem foco específico nas doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro. A partir desse processo, foram selecionados 17 artigos, que compõem o corpus final da análise e garantem a qualidade e a confiabilidade das evidências.

Por fim, os estudos selecionados serão analisados de forma crítica e sistematizada, permitindo a identificação de padrões, determinantes sociais, ambientais, econômicos e demográficos, bem como os impactos desses agravos sobre a saúde da população. Dessa maneira, a revisão bibliográfica fornecerá uma visão ampla e integrada do tema, subsidiando futuras pesquisas, políticas públicas e estratégias de prevenção e vigilância no país

Fluxograma 1 – Seleção de estudos para revisão da literatura.



Fonte: autores (2026).

Os estudos incluídos foram sistematizados em um quadro analítico contendo autores, título, periódico, tipo de estudo, objetivos e principais achados, o que favorece a leitura e a compreensão dos dados; essa organização permite visualizar, de forma clara, as evidências relacionadas às ações de vigilância, prevenção, imunização e mitigação dos impactos sociais, econômicos e sanitários associados às epidemias.

Quadro 1 – Panorama dos estudos selecionados para discussão

Autores	Título do periódico	Tipo de estudo	Objetivos	Resultados
Monkeypox: aspectos epidemiológicos, clínicos e perspectivas para o controle da doença emergente/ JVA, E. C.; MARRAS, L. C. G. F. ALVES, A. P. P.; JVA, A. M.; RIVALHO, P. P.; JVA, T. F.; SILVA, J.; SILVA, F. M.; VES, L. T.; MELO, B.; GONÇALVES,	Revista contemporânea, v. 5, n. 3, p. e7755-e7755, 2025.	Estudo de literatura crítico	Analisar os aspectos epidemiológicos, clínicos, diagnósticos, terapêuticos e preventivos da monkeypox, com ênfase nos surtos recorrentes em regiões não endêmicas e nos desafios para o controle da doença.	Os achados evidenciam que a monkeypox deixou de ser restrita a áreas endêmicas da África, apresentando surtos recorrentes em países não associados principalmente ao contato sexual. Observou-se que o diagnóstico por RT-PCR foi eficaz, porém limitado pela subnotificação e desigualdade no acesso a testes.

M.; OLIVEIRA, J. G.; SILVA, L. B. F.; VA, H. M. M.; ARES, R. R					
enças Tropicais genciadas: álise dos Desafios Vigilância e áticas Públicas / DRIGUES, T. G. R.; OLIVEIRA, I. M.; ASSUNÇÃO, M.; MENDES, M. M.; NDONÇA, S. R.; VA, Y. M. C	vista Piauiense de ermagem, v. 1, n. 025.	isão egrativa da ratura	n os objetivos de ntificar lacunas e propor ções para intervenções uras, mapear barreiras vigilância, avaliar áticas existentes, etizar impactos ioeconômicos e omendar imoramentos para idade e rentabilidade.	principais resultados elam fragilidades na lância, como notificação de casos e a de integração nológica, agravadas por res socioambientais e onais.	
atuação do ermeiro na venção e controle da gue transmitida o aedes aegypti em ões endêmicas/ VA, K. C. S.; DRIGUES, M. A. RIBEIRO, W. A.; VOA, F. C. C.; DRENCIO, C. N	ista Ibero- ericana de manidades, ncias e Educação, 3, n. 02, p. 46-61, 5.	isão egrativa da ratura	e artigo teve como etivo descrever a atuação enfermeiro no rentamento da dengue, tacando suas atribuições cuidado clínico, na venção e na vigilância saúde.	evidências apontam a atuação do ermeiro, associada à acitação profissional, à cação em saúde e à anização dos serviços, determinante para a ução da rbimortalidade.	
ratégias de controle evenção de doenças ecciosas ergentes: lições endidas e futuras ções/ GAMA, K. ROMEIRO, E. T.; VA, C. L.; JESUS, M. S.; FREITAS, H. SOUSA, B. E.; NTOS, V. S.; DEIROS, G. A. A.; CKENHAAR, T. LUSTOSA, A	ista Ibero- ericana de manidades, ncias e Educação, 0, n. 3, p. 38-44, 4.	isão de ratura	e estudo busca explorar es aspectos críticos e recer insights valiosos a informar políticas de de pública e práticas icas no enfrentamento ses desafios complexos	esquisa contínua sobre as vacinas, terapias viraes e métodos de gnóstico também é encial para fortalecer sa capacidade de posta a doenças ecciosas emergentes.	
SAFIOS NA SQUISA DE CINAS NTRA ENÇAS ERGENTES / DE S. A. A.; NEVES, F. F.; SABINO, L. CARVALHO, K. G.; ARAÚJO, G. P. T.; BLOCH, F. COSTA, V. M.; NÇALVES, A. E. PAIVA, C. S.; NONI, R. D	ista ntemporânea, v. 4, 7, p. e4974-e4974, 4.	isão egrativa da ratura	e estudo busca analisar principais desafios rentados na pesquisa de inas contra doenças ergentes, destacando as nplexidades associadas desenvolvimento, teste e tribuição dessas vacinas.	resultados da revisão tacaram diversos afios na pesquisa de inas contra doenças ergentes, incluindo a da evolução dos ógenos, a nplexidade dos cessos de envolvimento e teste vacinas, questões éticas gulatórias, bem como afios logísticos na dução em larga escala e tribuição das vacinas.	

ocupação emergente: epidemiologia, diagnóstico e controle da febre do Oropouche. / SILVA, V. L.; OLIVEIRA, E. B.; ASCIMENTO, G. S.; OLIVEIRA, L. OLIVEIRA, V. A.; BEIRO, L. S. B.; ANÇA, C. M. R.; NTOS, A. L.; RTADO, D. R.; PES, G. B. S. C.; RTO, C. R. A.; DREIRA, M. C.; IVEIRA, B. B.; NONI, R. D	zilian Journal of plantology and Health Sciences, v. 6, p. 2758-2770, 2024.	isão integrativa da literatura	e estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre a epidemiologia, o diagnóstico e o controle da febre do Oropouche, atacando as evidências mais recentes e identificando lacunas no conhecimento atual.	resultados mostram a transmissão do OROV envolve múltiplos vetores, com desafios significativos no diagnóstico devido à reposição de sintomas e outras arboviroses. Além disso, a falta de vacinas e tratamentos específicos evidencia a necessidade urgente de novas intervenções.
ário epidemiológico das doenças virais emergentes: uma revisão bibliográfica / BRAL, L. C.; SÁ, V. A.; SAMPAIO, R. F.; SOUTO, M. A.; MURILO, B. M. SANTOS, W. P.; US, S. A. S.; RVALHO, S. S.; IVEIRA, G. H. M.; SCIMENTO, T. R	VISTA FOCO, v. 1, n. 5, p. e5209-e5209, 2024.	isão bibliográfica	minar a prevenção e promoção da saúde no contexto das doenças virais em ascensão no Brasil.	resultados mostram que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos no controle das doenças virais, as zoonoses e as doenças infecciosas emergentes continuam representando importante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento.
estratégias integradas para a prevenção e controle de doenças na saúde pública / ANI, V. P.; QUEIRA, J. V.; SA JÚNIOR, J. D.; VA, G. B. G. C	Journal of Medical Biosciences Research, v. 1, n. 5, p. 415, 2024.	isão integrativa da literatura	e estudo analisa as estratégias integradas para a prevenção e controle de doenças na saúde pública, atacando a importância das ações coordenadas entre diferentes setores, o uso de tecnologias emergentes, campanhas educativas, intervenções baseadas na comunidade e o fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica.	campanhas educativas desempenham um papel crucial na promoção de mudanças comportamentais, e as intervenções baseadas na comunidade têm resultados mostrados na construção de confiança e engajamento da população.
doenças emergentes e zoonoses: uma revisão de literatura / VA, L. C.; MURADO, A. M.; MURADO, F. J. O.; TONI, G. E.; HÓRQUEZ, K. F. EUCLIDES, K. L.	Pub Journal of Health Research, v. 5, p. 45-74, 2024.	isão bibliográfica	e artigo visa proporcionar uma análise das enfermidades, atacando não apenas suas características epidemiológicas e zoonóticas, mas também as estratégias de prevenção e controle direcionadas e implementadas para a ameaça persistente.	identificar as causas subjacentes e os modos de transmissão dessas doenças, torna-se possível implementar estratégias de prevenção e controle mais direcionadas e eficazes.

	C.; SANTOS, P. H. SANTOS, P. R.; LAN, R. S				
	ilância epidemiológica: um afio multidisciplinar/ FRÁSIO, R.; PES, F	ritorium, n. 30, p. 2023.	udo critivo	alisar o grau de notificação de doenças transmissíveis no âmbito Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, identificar fatores que cultam a notificação quada e avaliar o papel Unidades de Saúde pública na racionalização local do tema, visando ao alecimento da ilância epidemiológica e nelhoria da articulação multidisciplinar entre os viços de saúde.	servou-se ausência l de notificação para nças como brucelose, nça de Lyme, febre Q, atite B e malária. re os principais fatores ociados à notificação, destacou- a burocracia, referida 53,8% dos fissionais, além da tica de notificação nas no momento da hospitalar por 15,8% inquiridos.
	ilância e controle de doenças de transmissão piratória/ YU, A. L. SANTOS, A. P. A.; NAMACHI, A. LIPHAUS, B. L.; DO, J. A. G.; DRIGUES, M.; CAS, P. C. C.; RVALHANAS, T. M. P.; LORENZ, TREVISAN, C, MONTERO, G. L. NIELSEN, L.; ONTEIRO, P. C. PALASIO, R. G. SILVA, R. L. P.; NER, T. P	PA, Bol. epidemiol. l.(Impr.), p. 1-56, 3.	udo critivo	resentar um retrospecto órico das doenças piratórias de notificação mpulsória monitoradas a Divisão de Doenças de nsmissão Respiratória Centro de Vigilância f. Alexandre Vranjac, lisando seu impacto no fil epidemiológico do do de São Paulo, bem no as contribuições das es de vigilância para a venção, controle e rentamento desses avos no contexto de um ema de saúde universal, egral e participativo.	resultados evidenciam as doenças piratórias de ificação compulsória esentam elevado encial de eminação, quentemente ociadas a surtos, demias e, em alguns ps, pandemias, mandando respostas idas e integradas dos viços de vigilância.
	onitorização e ilância de surtos de nças diarreicas das/ FRANCO, A. M. X.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. C	PA. Boletim epidemiológico lista, v. 20, p. 1-21, 3.	udo critivo	escrever a importância da ilância epidemiológica doenças diarreicas das (DDA) no contexto saúde pública, tacando os critérios ícos, a obrigatoriedade notificação de surtos, os umentos normativos entes e o papel da nitorização sentinela na ecção precoce de surtos e demias, visando à venção de complicações ves e óbitos.	resultados evidenciam as doenças diarreicas das representam ortante problema de de pública devido ao o de desidratação, úrbios roeletrolíticos e óbito, ecialmente em ulações vulneráveis.
	tos de doenças ectocontagiosas ificados no estado Mato Grosso do Sul	ilância Sanitária Debate: iedade, Ciência &	udo asversal	escrever os surtos ificados no estado de to Grosso do Sul, nos s de 2020 a 2022, e	período foram ificados 599 surtos, olvendo 8.076 ivíduos suspeitos e

	2020 a 2022 / FRIAS, F. R.; ROMERA, G. R.; OLIVEIRA, R. MAZIERO, L. M. TEBET, D. G. M.; RBOSA, K. F	nologia, v. 11, p. 1-23.		monstrar a importância da vigilância em situações de surtos de doenças e/ou agravos de saúde pública.	confirmados. Dentre os surtos, 569 (95%) foram provocados pelo SARS-CoV-2, notificados por 32 municípios, e a maioria ocorreu em indústrias e capitais. Ocorreram 26 casos no período, e destes 18 eram provenientes dos estados por SARS-CoV-2.
	urgência e surgimento de doenças infecciosas: desafios das fronteiras sanitárias/ RTOR, E. B.; GUEL, I. D.; JOS, C. A.; GUEL, O. G.; AS, J. G.; GUEL, M. D	ão Acadêmica, v. 1, n. 3, p. 43-70, 2022.	isão rativa da estrutura	este sentido, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão da importância das fronteiras sanitárias e suas particularidades, no contexto das doenças zoonóticas e zoonóticas.	resultados evidenciam a intensificação do acesso internacional de pessoas e mercadorias, associada ao processo de globalização, aumentou significativamente a vulnerabilidade dos países à introdução e disseminação de doenças zoonóticas emergentes e zoonóticas.
	importância da vigilância epidemiológica no combate à Doença de Chagas: uma revisão integrativa/ GERES, F.; RABI, L. T.; NATTI, T. R	ista Eletrônica de Saúde, v. 15, n. 1, p. e9492-e9492, 2022.	isão rativa	alisar trabalhos originais de abrangência nacional amostragem epidemiológica com o intuito de discutir o perfil epidemiológico da Doença de Chagas (DC) pelo país ao longo dos anos, relacionar a epidemiologia com o controle da doença e abordar as necessidades e demandas dos estudos epidemiológicos.	foram identificados 128 artigos para a leitura de título e abstract, apenas 42 foram selecionados e lidos integralmente e foram selecionados 16 artigos finais que se enquadravam dentro da metodologia de busca para a revisão integrativa. Observou-se que a maioria dos estudos atuais utilizam técnicas estatísticas e processamento a partir de dados secundários no o Sistema de Informação de Agravos e Doenças (SINAN). Também foi observado que o país tem um fraco sistema de vigilância epidemiológica.
	ilância epidemiológica: breve histórico e a experiência dos Estados Unidos e do Estado de São Paulo/ RATA, R. B	demologia e Serviços de Saúde, v. 1, n. 1, p. e2021115, 2022.	isão rativa	objetivo desta revisão integrativa foi elencar alguns aspectos históricos da vigilância epidemiológica, o modelo tecnológico de intervenção inicialmente desenvolvido para auxiliar no controle das doenças transmissíveis, no último século.	apresentadas as funções de algumas das principais componentes do sistema de vigilância epidemiológica, e uma breve história da construção do sistema, nomeadamente o nomeado anteriormente for Disease Control, agência dos Estados Unidos exemplar a forma como se faz a vigilância em

					ticamente todo o ndo. Do mesmo modo, delineados os nhos que levaram à anização do sistema de lância no estado de Paulo, traçando ans paralelos com o ema brasileiro.
	íticas públicas rsetoriais para o trole de doenças êmicas: revisão emática de ratura e agenda para dos futuros/ REIRA, R. S.; SSADOR, C. S	ontro Brasileiro Administração lica, 2021.	isão emática da ratura	e estudo tem como etivo apresentar um orama das políticas licas recomendadas para trole e minimização de nças endêmicas, onsáveis por grandes demias, principalmente países em envolvimento	ificou-se que as omendações de trole de vetor das nças endêmicas olvem políticas licas intersetoriais, olvendo as áreas de de humana, ambiental imal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As doenças emergentes e reemergentes configuram-se como um dos principais desafios da saúde pública contemporânea no Brasil, uma vez que refletem um cenário epidemiológico dinâmico, complexo e em constante transformação. Nesse contexto, agravos como Dengue, Zika, Chikungunya, COVID-19, Febre Amarela, Tuberculose, Hanseníase e Sarampo demonstram que o país enfrenta, simultaneamente, a emergência de novos patógenos e a reintrodução de doenças previamente controladas (Cabral *et al.*, 2024).

Desse modo, esse fenômeno evidencia não apenas a circulação de agentes infecciosos, mas também a fragilidade estrutural dos sistemas de prevenção, vigilância e controle sanitário. Outrossim, tais doenças ultrapassam a dimensão biológica, assumindo caráter social, econômico e político, ao impactarem a organização dos serviços de saúde, a economia e a qualidade de vida da população (Trani *et al.*, 2024).

As transformações sociais, ambientais, demográficas e climáticas desempenham papel central na emergência e reemergência de doenças no Brasil, na medida em que atuam como determinantes estruturais do adoecimento coletivo. Por um lado, o crescimento populacional desordenado, a intensificação das desigualdades sociais, a degradação ambiental, o desmatamento e a perda da biodiversidade alteram profundamente os ecossistemas naturais, favorecendo novos ciclos de transmissão de patógenos (Rodrigues *et al.*, 2025).

Por outro lado, as mudanças climáticas modificam padrões de temperatura, precipitação e umidade, impactando diretamente a reprodução de vetores e a circulação de agentes

infecciosos. Junto a isso, fatores demográficos, como o envelhecimento populacional, os fluxos migratórios e as mudanças no perfil epidemiológico, ampliam a vulnerabilidade de determinados grupos sociais (Pereira; Passador, 2021).

A urbanização acelerada, a mobilidade populacional e a globalização intensificam, de forma significativa, a disseminação de agentes infecciosos no contexto brasileiro. Inicialmente, a expansão urbana desordenada, marcada por precariedade habitacional, ausência de saneamento básico e ocupação de áreas de risco, cria ambientes favoráveis à proliferação de vetores e à circulação de patógenos (De Sá *et al.*, 2024).

Em seguida, a intensificação dos fluxos migratórios internos e internacionais transforma os territórios em espaços epidemiologicamente interconectados, permitindo a rápida disseminação de doenças entre regiões e países. Ademais, a globalização, ao reduzir distâncias geográficas e ampliar a circulação de pessoas, mercadorias e serviços, redefine as fronteiras sanitárias tradicionais (Gama *et al.*, 2024).

Nesse contexto, a emergência e expansão das arboviroses, especialmente dengue, chikungunya e zika, expressam a vulnerabilidade socioambiental no Brasil, onde milhões de casos vêm sendo registrados. Em 2024, o país enfrentou um dos maiores surtos de dengue da história, com mais de 4 milhões de casos prováveis e mais de 3.000 óbitos, concentrando mais de 60 % dos casos registrados nas Américas. Esses números refletem condições ambientais e sociais que propiciam a proliferação de *Aedes aegypti*, como precariedade habitacional e falta de saneamento (Silva *et al.*, 2025).

13

De forma complementar, as mudanças climáticas têm influenciado a ampliação de áreas de transmissão e o comportamento vetorial, com elevação das temperaturas médias e eventos extremos ampliando janelas de transmissão. Por exemplo, registros meteorológicos associados a dados epidemiológicos mostram que temporadas de chuva intensa e calor prolongado se correlacionam com picos de arboviroses na Região Sudeste e Centro-Oeste entre 2021 e 2025 (Barata, 2022).

A reemergência de doenças imunopreveníveis no Brasil está associada às fragilidades na cobertura vacinal observadas nos últimos anos. Em 2023, coberturas vacinais para sarampo e outras vacinas do Calendário Nacional ficaram aquém das metas de 95%, e em 2025, o país ainda relatou quedas persistentes nos índices de imunização infantil. Essa redução comprometeu o controle de doenças antes sob controle e favoreceu surtos localizados, evidenciando o impacto direto das lacunas de cobertura sobre o risco coletivo de adoecimento (Yu *et al.*, 2023).

Segundo Geres *et al.* (2022), doenças endêmicas persistentes, como tuberculose, continuam a afetar populações vulneráveis. Em 2024, o Brasil registrou aproximadamente 70.000 novos casos de tuberculose, com maior incidência concentrada em áreas de baixa renda e periferias urbanas. A persistência dessa doença demonstra que, apesar de políticas de controle existentes, as desigualdades socioeconômicas e fragilidades no acesso à saúde seguem alimentando a transmissão contínua, revelando limitações em estratégias de enfrentamento.

A emergência de novos agravos no cenário epidemiológico brasileiro, como a MPOX, reforça a instabilidade dos avanços sanitários conquistados ao longo do tempo. A MPOX passou a ser notificada sistematicamente no país a partir de 2022, com centenas de casos documentados em 2023, demonstrando como eventos emergentes podem se estabelecer rapidamente em novas populações. A circulação global de patógenos e a mobilidade populacional intensificam esse risco, desafiando a vigilância e a capacidade de resposta do sistema de saúde (Sartor *et al.*, 2022).

Sob essa perspectiva, os determinantes sociais da saúde moldam as desigualdades regionais no Brasil e influenciam a distribuição das doenças emergentes e reemergentes. Ademais, regiões mais vulneráveis concentram maiores taxas de arboviroses, tuberculose e doenças negligenciadas, associadas à pobreza e à precariedade estrutural. Dessa forma, essas condições intensificam a vulnerabilidade social e sanitária, enquanto a exclusão social mantém padrões estruturais e duradouros de iniquidade em saúde (Rodrigues *et al.*, 2025).

14

Consequentemente, Trani *et al.* (2024) define que os impactos socioeconômicos das doenças emergentes e reemergentes recaem de forma mais intensa sobre comunidades vulneráveis e sobre os serviços públicos. O aumento de afastamentos do trabalho, a redução da produtividade, os custos com tratamentos prolongados e internações, bem como o empobrecimento de famílias afetadas, ampliam ciclos de vulnerabilidade social. Há aumento dos gastos públicos com assistência, vigilância, internações e controle de surtos, impactando municípios de pequeno e médio porte.

Paralelamente, a sobrecarga dos serviços de saúde evidencia os limites estruturais do sistema de atenção frente ao aumento simultâneo de múltiplos agravos. Hospitais, unidades básicas e serviços de urgência enfrentam alta demanda, escassez de profissionais, insuficiência de leitos e restrições de recursos materiais. Durante surtos e epidemias, observa-se aumento expressivo de internações, atendimentos ambulatoriais e pressão sobre os sistemas de regulação (Eufrásio; Lopes, 2023).

Em acréscimo, as fragilidades da vigilância epidemiológica e dos sistemas de informação em saúde comprometem o monitoramento adequado dos agravos. Problemas como subnotificação, atrasos, inconsistências nos bancos de dados e integração precária entre sistemas dificultam a produção de informações confiáveis. A escassez de dados oportunos compromete análises epidemiológicas, planejamento estratégico e decisões em saúde, enquanto fragilidades na prevenção e resposta configuram desafios estruturais do sistema público brasileiro (Barata, 2022).

Nesse contexto, os desafios na articulação entre os diferentes níveis de atenção e nas políticas intersetoriais comprometem a efetividade das respostas aos agravos emergentes e reemergentes no Brasil. A fragmentação entre atenção primária, média e alta complexidade dificulta a continuidade do cuidado e a integralidade das ações em saúde (Pereira; Passador, 2021).

A limitada integração entre setores como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e saneamento básico fragiliza estratégias estruturais de prevenção. A falta de ações intersetoriais coordenadas impede o enfrentamento dos determinantes sociais do adoecimento, resultando em respostas institucionais tardias, desarticuladas e pouco eficazes (Gama *et al.*, 2024).

Adicionalmente, a educação em saúde e a comunicação científica desempenham papel estratégico no enfrentamento desses agravos, ao influenciarem diretamente comportamentos individuais e coletivos e orientarem práticas mais seguras. A disseminação de informações qualificadas fortalece a autonomia da população, amplia a consciência sanitária e favorece a adesão às medidas preventivas e às políticas públicas de saúde (Rodrigues *et al.*, 2025).

Em contrapartida, Barata (2022) afirma que a desinformação, as *fake news* e a baixa alfabetização científica ampliam riscos epidemiológicos e dificultam o controle das doenças. Torna-se indispensável a construção de estratégias integradas de vigilância, prevenção e promoção da saúde. A articulação entre níveis de atenção, ações comunitárias e políticas intersetoriais fortalece a capacidade de resposta aos desafios sanitários contemporâneos.

Por fim, o enfrentamento das doenças emergentes e reemergentes exige uma abordagem integrada, contínua e fundamentada em evidências científicas. A articulação entre vigilância, prevenção, gestão e políticas públicas, aliada ao fortalecimento da atenção primária e das ações intersetoriais, amplia a capacidade de resposta do sistema de saúde. Assim, consolida-se um

modelo de cuidado mais resiliente, equitativo e comprometido com a proteção da saúde coletiva (Trani *et al.*, 2024).

CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida, conclui-se que as doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro configuram-se como fenômenos complexos, multidimensionais e profundamente articulados às transformações sociais, ambientais, econômicas e políticas. Esses agravos não podem ser compreendidos apenas sob a lógica biomédica, pois refletem, sobretudo, processos estruturais de desigualdade, vulnerabilidade social e fragilidades institucionais que atravessam o sistema de saúde e o próprio modelo de desenvolvimento do país.

Além disso, os resultados evidenciam que fatores como mudanças climáticas, urbanização desordenada, mobilidade populacional, desigualdades regionais, fragilidade da vigilância epidemiológica e queda das coberturas vacinais ampliam a exposição da população a riscos sanitários, favorecendo a persistência e a expansão de agravos evitáveis. Nesse sentido, a emergência e reemergência de doenças revelam limites históricos na capacidade de prevenção, resposta rápida e organização integrada das políticas públicas de saúde.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de fortalecimento de estratégias estruturantes, baseadas na vigilância integrada, na atenção primária resolutiva, na educação em saúde, na comunicação científica qualificada e na articulação intersetorial. A resposta a esses agravos exige ações que ultrapassem o setor saúde, incorporando políticas sociais, ambientais, urbanas e educacionais, orientadas pela equidade e pela redução das vulnerabilidades territoriais.

Por fim, a revisão bibliográfica permite afirmar que o enfrentamento das doenças emergentes e reemergentes no Brasil depende de um planejamento público integrado, sustentável e territorialmente sensível, capaz de articular ciência, gestão, participação social e políticas públicas. Assim, somente por meio de estratégias estruturais, contínuas e intersetoriais será possível reduzir riscos, fortalecer a proteção coletiva e promover a saúde de forma equânime e duradoura no país.

REFERÊNCIA

BARATA, R. B. Vigilância epidemiológica: breve histórico e a experiência dos Estados Unidos e do estado de São Paulo. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, p. e2021115, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2022.v31n2/e2021115/pt/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

CABRAL, L. C.; SÁ, M. V. A.; SAMPAIO, K. R. F.; SOUTO, M. E. A.; MURILO, B. M. C.; SANTOS, W. P.; JESUS, S. A. S.; CARVALHO, S. S.; OLIVEIRA, G. H. M.; NASCIMENTO, T. R. Cenário epidemiológico das doenças virais emergentes e reemergentes: uma revisão bibliográfica. *REVISTA FOCO*, v. 17, n. 5, p. e5209-e5209, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5209>. Acesso em: 15 fev. 2026.

DE SÁ, S. A. A.; NEVES, M. F. F.; SABINO, L. S.; CARVALHO, K. M. G.; ARAÚJO, G. R. P. T.; BLOCH, F. V.; COSTA, V. M.; GONÇALVES, A. E. S.; PAIVA, C. S.; ZANONI, R. D. Desafios na pesquisa de vacinas contra doenças emergentes. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 7, p. e4974-e4974, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4974>. Acesso em: 15 fev. 2026.

EUFRÁSIO, R.; LOPES, F. Vigilância epidemiológica: um desafio multidisciplinar. *Territorium*, n. 30, p. 10, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10102446>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FRANCO, A. L. M. X.; SANTOS, J. M. S.; SILVA, M. C. Monitorização e vigilância de surtos de doenças diarreicas agudas. *BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista*, v. 20, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/download/37965/36968>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FRIAS, D. F. R.; ROMERA, G. R. R.; OLIVEIRA, R. L.; MAZIERO, L. M. A.; TEBET, D. G. M.; BARBOSA, K. F. Surtos de doenças infectocontagiosas notificados no estado de Mato Grosso do Sul de 2020 a 2022. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 11, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5705/570574907027/570574907027.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GAMA, K. M.; ROMEIRO, E. T.; SILVA, C. L.; JESUS, B. M. S.; FREITAS, H. C.; SOUSA, B. E.; SANTOS, V. S.; MEDEIROS, G. A. A.; HACKENHAAR, T. S.; LUSTOSA, A. Estratégias de controle e prevenção de doenças infecciosas emergentes: lições aprendidas e futuras direções. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 3, p. 38-44, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13103>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GERES, L. F.; RABI, L. T.; BONATTI, T. R. A importância da vigilância epidemiológica no combate à Doença de Chagas: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 1, p. e9492-e9492, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tais-Bonatti/publication/357913927_A_importancia_da_vigilancia_epidemiologica_no_combate_a_Doenca_de_Chagas_uma_revisao_integrativa/links/61e722125779d35951b93e39/A-importancia-da-vigilancia-epidemiologica-no-combate-a-Doenca-de-Chagas-uma-revisao-integrativa.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <https://soniaa-arq.prof.ufsc.br/arq1001metodologiacinetificaacaplicada/2013/grupo2/06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

PEREIRA, R. S.; PASSADOR, C. S. Políticas públicas intersetoriais para o controle de doenças endêmicas: revisão sistemática de literatura e agenda para estudos futuros. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/download/150/120>. Acesso em: 15 fev. 2026.

RODRIGUES, T. G. S. R.; OLIVEIRA, I. V. M.; ASSUNÇÃO, J. M.; MENDES, M. H. M.; MENDONÇA, S. R.; SILVA, Y. M. C. Doenças Tropicais Negligenciadas: Análise dos Desafios em Vigilância e Políticas Públicas. Revista Piauiense de Enfermagem, v. 1, n. 4, 2025. Disponível em: <https://revistaenfermagem.uespi.br/index.php/revistaenfermagem/article/view/90>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SARTOR, E. B.; MIGUEL, I. D.; ANJOS, C. A.; MIGUEL, O. G.; DIAS, J. G.; MIGUEL, M. D. Emergência e ressurgimento de doenças infecciosas: Os desafios das fronteiras sanitárias. Visão Acadêmica, v. 23, n. 3, p. 43-70, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/download/86317/46849>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, C. V. L.; OLIVEIRA, M. E. B.; NASCIMENTO, G. L. S.; OLIVEIRA, L. A.; OLIVEIRA, V. A.; RIBEIRO, L. S. B.; FRANÇA, C. M. R.; SANTOS, A. L.; FURTADO, D. R.; LOPES, G. B. S. C.; PORTO, C. R. A.; MOREIRA, M. C.; OLIVEIRA, B. B.; ZANONI, R. D. Preocupação emergente: epidemiologia, diagnóstico e controle da febre do Oropouche. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 8, p. 2758-2770, 2024. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3009>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, E. C.; TORRES, L. C. G. F. L.; ALVES, A. P. P.; SILVA, A. M.; CARVALHO, P. P.; SILVA, T. F.; SILVA, V. J.; SILVA, F. M.; ALVES, L. T.; MELO, M. B.; GONÇALVES, L. M.; OLIVEIRA, J. A. G.; SILVA, L. B. F.; SILVA, H. M. M.; SOARES, R. R. Monkeypox: aspectos epidemiológicos, clínicos e perspectivas para o controle da doença emergente. Revista Contemporânea, v. 5, n. 3, p. e7755-e7755, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7755>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, K. C. S.; RODRIGUES, M. A. S.; RIBEIRO, W. A.; PÓVOA, F. C. C.; FLORENCIO, C. N. A atuação do enfermeiro na prevenção e controle da dengue transmitida pelo aedes aegypti em regiões endêmicas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 3, n. 02, p. 46-61, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22588>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, L. C.; DOURADO, A. M.; DOURADO, F. J. O.; ORTONI, G. E.; BOHÓRQUEZ, K. F. F.; EUCLIDES, K. L. L. C.; SANTOS, P. H. S.; SANTOS, P. R.; BOLAN, R. S. Doenças emergentes e reemergentes: uma revisão de literatura. Europub Journal of Health Research, v. 5, n. 1, p. 45-74, 2024. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ejhr/article/view/3259>. Acesso em: 15 fev. 2026.

TRANI, V. P.; SIQUEIRA, J. V.; ROSA JÚNIOR, J. D.; SILVA, G. B. G. C. Estratégias integradas para a prevenção e controle de doenças na saúde pública. Journal of Medical and

Biosciences Research, v. 1, n. 5, p. 405-415, 2024. Disponível em: <https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/415>. Acesso em: 15 fev. 2026.

YU, A. L. F.; SANTOS, A. P. A.; TANAMACHI, A. T.; LIPHAUS, B. L.; ANDO, J. A. G.; RODRIGUES, M.; LUCAS, P. C. C.; CARVALHANAS, T. R. M. P.; LORENZ, C.; TREVISAN, C. M.; MONTERO, G. L. F.; NIELSEN, L.; MONTEIRO, P. C. M.; PALASIO, R. G. S.; SILVA, R. L. P.; ZENER, T. P. Vigilância e controle de doenças de transmissão respiratória. BEPA, Bol. epidemiol. paul.(Impr.), p. 1-56, 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/122019544/36973.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.